

# Reajuste de verbas indenizatórias mobiliza servidores do TJMG

Lia Priscila

Oficiais de justiça, comissários da infância e da juventude, assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) lotaram ontem o auditório da Assembleia, durante audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Administração Pública. Eles reivindicam o reajuste imediato das verbas indenizatórias pagas pelas diligências realizadas no cumprimento de mandados da Justiça gratuita, que hoje são de apenas R\$ 6,50 nas áreas urbanas e R\$ 8,50 nas áreas rurais. Esses valores foram reajustados na semana passada. Até então, estavam congelados em R\$ 5,00 e R\$ 6,50, respectivamente, desde 2008.

Os servidores do Judiciário relataram ainda uma série de dificuldades que enfrentam no dia a dia da exercíção da profissão, como a necessidade de usarem seus próprios veículos nas diligências, a dificuldade de acesso aos locais e situações arriscadas do ponto de vista da segurança e da saúde. Por isso, eles defendem, também, o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, além da contratação de novos profissionais aprovados em recente concurso público para a Justiça de primeira instância (Justiça Comum e Juizados Especiais), com ênfase para os cargos de psicólogo, de forma a fazer frente à crescente demanda do volume de trabalho.

Deputados presentes apresentaram diversos requerimentos a serem apreciados na próxima reunião da Comissão de Participação Popular, entre os quais o que propõe a criação de uma comissão parlamentar destinada a acompanhar a execução e destinação de recursos orçamentários voltados aos servidores do Tribunal, de



Deputados propuseram comissão para acompanhar execução do Orçamento do TJMG

autoridade do deputado Bruno Siqueira (PMDB). Outro requerimento apresentado propõe que seja solicitada ao governador do Estado a provisão de recursos orçamentários para o Tribunal efetuar o devido pagamento das despesas processuais de assistência judicial, tais como indenização de transporte dos servidores, realização de perícias e outras despesas secundárias.

Segundo o autor do requerimento para a realização da audiência, depu-

tado Rogério Correia (PT), o primeiro semestre da ALMG teve uma pauta marcada por constantes mobilizações, manifestações e greves de diversas categorias, em áreas como saúde, educação e previdência. Ele criticou “o tão alardeado choque de gestão”, que, segundo frisou, “já está mostrando a sua verdadeira face: arrocho salarial e Estado mínimo, que prejudicam não só o servidor público, mas o serviço público e, com isso, a população”.

A deputada Luzia Ferreira (PPS) também reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos servidores da Justiça, mas observou que essas dificuldades existem também em nível nacional, lembrando que a presidente Dilma Rousseff, recentemente, por falta de recursos, também foi obrigada a negar aumento aos aposentados que recebem acima do salário mínimo. A deputada colocou-se à disposição para intermediar uma negociação com o governo.

## Sindicatos pedem novo cálculo

Líderes sindicais, como Sandra Margareth de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância, Robert Wagner França, coordenador do Sindicato dos Servidores da Justiça de Segunda Instância, e Claudio Abreu, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores, insistiram na necessidade de o Tribunal rever os valores pagos.

Eles reivindicaram que, a exemplo do que se faz nas ações privadas, as verbas indenizatórias sejam pagas considerando os quilômetros rodados, já que, muitas vezes, os servidores têm que

se deslocar a grandes distâncias, vencendo 100 e até 200 quilômetros para entregar um mandado judicial. Além disso, nem sempre conseguem fazê-lo logo na primeira tentativa, tendo que repetir o percurso duas, três e até mais vezes.

O desembargador Dídimo Inocêncio de Paula, representando o TJ, admitiu que os valores pagos aos servidores são baixos, mas destacou que o Tribunal arca sozinho com o custo da assistência judiciária e que os recursos repassados à instituição são insuficientes. Segundo ele, o Judiciário participa com apenas 6%

(pouco mais de R\$ 2 bilhões) da receita líquida do Estado (da ordem de R\$ 37 bilhões) para fazer frente a despesas de pessoal. Por isso, observou que, para atender às reivindicações dos servidores, a instituição precisaria de uma suplementação de recursos. Nesse sentido, solicitou a ajuda do Poder Legislativo, na criação de mecanismos legais de novas fontes de custeio.

**Presenças** - Deputados André Quintão (PT), presidente da Comissão de Participação Popular; Rogério Correia (PT), autor do requerimento; Luzia Ferreira (PPS) e Bruno Siqueira (PMDB).